

## RESOLUÇÃO CSMP N° 001/2018

*Aprova o Curso de Preparação para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá providências correlatas.*

**O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, neste ato representado por seu Presidente, o Procurador-Geral de Justiça, tendo em vista deliberação efetivada na sua 187ª Sessão Ordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2018, e

**CONSIDERANDO** os artigos 34, inciso VII e XVIII, 85 da Lei Complementar nº 51/2008, que atribui ao Conselho Superior do Ministério Público, decisão sobre o vitaliciamento de membro do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** a determinação contida no artigo 83, parágrafo único, da Lei Complementar nº 51/2008, que define a competência dos Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CESAF, para ministrar o Curso de Preparação para o Ingresso na Carreira do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** que o Curso de Preparação para o Ingresso na Carreira do Ministério Público, deve pautar-se, pedagogicamente, no funcionamento e estrutura da Instituição, na realidade prática da atuação ministerial, nos deveres funcionais e éticos, voltados à resolução dos conflitos e à satisfação das demandas da sociedade;

**CONSIDERANDO** a necessidade de institucionalizar e regulamentar o Curso de Preparação para o Ingresso na Carreira do Ministério Público,

**RESOLVE**

**Art. 1º** Aprovar o Curso de Preparação para o Ingresso na Carreira do Ministério Público, com carga horária de 167 (cento e sessenta e sete) horas, nos termos do Anexo Único a esta Resolução.

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, em Palmas, 07 de fevereiro de 2018.

•

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

## **ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO CSMP N° 001/2018**

### **CURSO DE PREPARAÇÃO PARA A CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

#### **Apresentação**

O Curso de Preparação à Carreira no Ministério Público do Estado do Tocantins aborda a estrutura funcional, a realidade prática da atuação ministerial nos princípios institucionais de atuação, voltados à resolução dos conflitos e à satisfação das demandas da sociedade. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF), é o órgão responsável pelo curso, organizado em três momentos pedagógicos distribuídos em atividades teóricas, práticas e residência técnica. A carga horária mínima do curso é de 167 (cento e sessenta e sete) horas constando de palestras, atuação em peças processuais sob acompanhamento tutorial, participação em audiência de instrução e julgamento e de custódia, sessões do tribunal do júri e visitas técnicas às entidades do sistema socioeducativo e prisional em Palmas e/ou de cidades circunvizinhas da comarca da Capital.

#### **1. Marcos Legais**

- Lei Complementar Estadual nº 51, de 02.01.2008 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins).
- Resolução nº 05/2014/CPJ. (Regimento Interno do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF).

#### **2. Carga horária**

- 167 (cento e sessenta e sete) horas, desenvolvidas em no máximo 30 (trinta) dias.

#### **3. Objetivos**

- Proporcionar as bases iniciais do processo de formação continuada à carreira de Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Tocantins;
- Desenvolver as habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o

domínio das teorias e técnicas necessárias ao exercício funcional do Ministério Público.

- Capacitar os Promotores de Justiça ingressantes nas dimensões normativas, informacionais, comunicacionais e gerenciais do Ministério Público do Estado do Tocantins, frente às demandas da realidade onde a Instituição está inserida;
- Incentivar a atuação dos Promotores de Justiça Substitutos junto ao Ministério Público do Estado do Tocantins, para além da promoção do atendimento às necessidades inerentes às comunidades e regiões de atuação e na proposição de ações em prol do desenvolvimento regional, transformação social e de construção da cidadania;
- Apresentar estratégias e dinâmicas para produção, gestão e divulgação das ações institucionais do Ministério Público.

#### 4. Metodologia

O curso está organizado em aulas, palestras e eventos presenciais e, quando necessário, na modalidade a distância, mediados por tecnologias digitais disponíveis no Cesaf/MPTO. Também é constituinte da estrutura curricular a residência técnica, isto é, visitas técnicas aos estabelecimentos de internação e ressocialização de adolescentes infratores e do sistema prisional em Palmas e entorno; oficinas de capacitação para utilização dos sistemas eletrônicos digitais do MPTO e Tribunal de Justiça; análise de peças processuais acompanhadas por Promotores de Justiça com experiência específica de atuação e oficinas de capacitação a partir de estudos de caso.

A distribuição da carga horária e conteúdos do curso estão subdivididos em 4 (quatro) etapas especificadas a seguir:

<b>Etapa</b>	<b>Eixo de Conteúdos</b>	<b>C/h</b>
1 <sup>a</sup>	Palestras sobre missão, valores, princípios deontológicos, estruturação e funcionamento do MPTO	55
2 <sup>a</sup>	Oficinas de capacitação	52
3 <sup>a</sup>	Residência Técnica	20
4 <sup>a</sup>	Atuação em Processos Administrativos e Judiciais	40
	<b>Total</b>	<b>167</b>

## 5. Estrutura Curricular

	C/h	Atividade
Aspectos Introdutórios da Gestão de Promotorias de Justiça	01	Palestra
Atuação em Tribunal de Júri	02	Palestra
Atuação Prática do Ministério Público: Abordagem Introdutória	04	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público em Processo Civil	02	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público em Processo Penal	07	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público na Proteção Integral da Infância e Juventude – Atos Infracionais	05	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público na Saúde	03	Oficina
Atuação em Processos Administrativos e Judiciais	40	Atuação
Atuação Prática na Tutela do Patrimônio	07	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público no Processo de Crimes Dolosos contra a vida	07	Oficina
Atuação Prática em Procedimentos Extrajudiciais	06	Oficina
Cadeia Pública	04	Residência Técnica
Casa de Custódia e Prisão Provisória I	03	Residência Técnica
Casa de Custódia e Prisão Provisória II	01	Residência Técnica
Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) e Centro de Internação Provisória (CEIP)	04	Residência Técnica
Centro de Apoio Operacional da Cidadania, Direitos Humanos e Mulher - Caocid	02	Palestra
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Criminal - Caopac	02	Palestra
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - Caopij	02	Palestra
Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - Caoma	02	Palestra
Centro de Apoio Operacional do Consumidor - Caocon	02	Palestra



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO TOCANTINS  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Corregedoria Geral do MPTO I	03	Palestra
Corregedoria Geral do MPTO II	04	Oficina
Deontologia e Ministério Público do Estado do Tocantins	03	Palestra
Entidade de Acolhimento Raios de Sol	02	Residência Técnica
Estrutura e Funcionamento do MPTO I	03	Palestra
Estrutura e Funcionamento do MPTO II	04	Palestra
Estrutura e Funcionamento do MPTO III	01	Palestra
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO	02	Palestra
Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GECEP	01	Palestra
Lógica e Linguagem Jurídica	04	Palestra
Ministério Público e Imprensa	04	Palestra
Ministério Público do 2º Grau	02	Palestra
Negociação, Mediação e Conciliação	03	Palestra
Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional - NIS	02	Palestra
Ouvidoria do Ministério Público	01	Palestra
Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	02	Palestra
Sistemas de Tecnologia de Informação no MPE - TO	04	Palestra
Sistema de Processo Eletrônico	07	Oficina
Segurança Viária	03	Palestra
Unidade Prisional Feminina e Unidade do Regime Semiaberto Feminino	03	Residência Técnica
Unidade do Regime Semiaberto Masculina (URSA)	03	Residência Técnica

**COMPLEMENTAR**

Diversidade Sexual	02	Palestra
--------------------	----	----------

## EMENTÁRIO

<b>ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA GESTÃO DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA</b>	<b>CH: 01</b>
---	---------------

### Ementa

- Contextualização geográfica e social da comarca e promotoria. Primeiros passos para gestão da promotoria. Conhecimento de servidores e colaboradores. Conhecimento do espaço físico, estrutural e material da promotoria. Levantamento documental. Visitas e contatos com demais representantes locais e regionais do poder judiciário, conselhos, abrigos e casas de passagem. Visita aos municípios que integram a comarca. Estudo de casos.

<b>ATUAÇÃO EM TRIBUNAL DO JÚRI</b>	<b>CH: 02</b>
------------------------------------	---------------

### Ementa

- A participação do Promotor de Justiça no Plenário do Tribunal do Júri. Atributos. Estratégias e lógicas discursivas da atuação do Promotor de Justiça.

### Objetivo Geral

- Desenvolver mecanismos comunicacionais discursivos e gestuais junto aos promotores iniciantes na carreira do Ministério Público do Tocantins para aquisição de habilidades na atuação em tribunais do júri.

### Objetivos Específicos

- Apresentar as características contemporâneas exigidas como atributos de um tribuno.
- Analisar, por meio, de exemplificações as situações mais comuns de equívocos discursivos no tribunal do júri.
- Demonstrar as principais características exigidas para o promotor de justiça na cena do tribunal do júri: gestualidades, impostação de voz, linguagem e oratória.
- Apresentar a dinâmica de funcionamento da acusação em plenário do júri.

### Conteúdo Programático

- O papel do Promotor de Justiça no tribunal do júri contemporâneo: atributos.
- Equívocos discursivos no tribunal do júri: dos acertos e dos erros possíveis.
- O cenário do tribunal do júri e as gestualidades, impostação de voz, linguagem e oratória necessários ao promotor de justiça.
- Elementos basilares na constituição do Plenário do Júri (da saudação ao desfecho épico).

#### Bibliografia Básica

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2009,
- TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: Estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: RT, 1999.

#### ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO: ABORDAGEM INTRODUTÓRIA CH: 04

#### Ementa

- Atuação em audiências de custódia, auto de prisão em flagrante; prisões temporárias, oitivas de adolescente, audiência de apresentação de adolescente, tutelas civis de urgência (saúde, violência doméstica e medida protetiva de urgência), atendimento ao público e técnica de elaboração de denúncias.

#### Objetivo Geral

- Apresentar, a partir de ocorrências e procedimentos judiciais adotados, as características da atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins nas audiências de custódia, auto de prisão em flagrante; prisões temporárias, oitivas de adolescente, audiência de apresentação de adolescente, tutelas civis de urgência, atendimento ao público e técnica de elaboração de denúncias.

#### Objetivos Específicos

- Instruir os Promotores de Justiça Substitutos para atuação nos plantões sobre as situações mais recorrentes no âmbito das Promotorias de Justiça nas comarcas do interior e da capital.
- Trabalhar no detalhamento de audiências de custódia, auto de prisão em flagrante; prisões temporárias, oitivas de adolescente, audiência de apresentação de adolescente, tutelas civis de urgência, atendimento ao público e técnica de elaboração de denúncias.

#### Bibliografia Básica

- BRASIL. Lei nº 8.069/1990. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm) PEREIRA, Marcelo Matias. Nova lei das prisões (Lei nº 12.403/2011): prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2890, 31 maio 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19229>>.
- <https://sites.google.com/site/wwwcostalinsadvogadoscombr/audiencia>. Audiência de apresentação de menor infrator – ECA- Modelo 02
- [http 7 Autos CSMP nº 025/2016](http://7AutosCSMPn0252016). Interessado: Colégio de Procuradores. Assunto: Remessa dos Autos CPJ nº 006/2016 ao Conselho Superior, para análise da compatibilização dos critérios de aferição do merecimento para fins de titularização (Conselheiro João Rodrigues)



Filho)://www.fesmpdft.org.br/arquivos/Mono\_helga.pdf

<b>ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROCESSO CIVIL</b>	<b>CH: 02</b>
--	---------------

Ementa

- Processo e procedimento. Os princípios informadores do processo.

<b>ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROCESSO PENAL</b>	<b>CH: 07</b>
--	---------------

Ementa

- Processo e procedimento. Os princípios informadores do processo. Análise da ampla defesa. Inquérito policial e contraditório. Estudo de casos e procedimentos adotados.

Bibliografia Básica

- Resolução/CNMP/nº 181, 07.08.2017

<b>ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATOS INFRACIONAIS</b>	<b>CH: 05</b>
--	---------------

Ementa

- Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo. Programas de Atendimento Socioeducativo em meio aberto (PSC e LA), Caracterização do atendimento integrado (NAI e Plantão Social). Aspectos da Remissão Ministerial (perdão e transação). Remissão Qualificada pelo MP. Restrições, cumulação de medidas e cumprimento. Atuação em oitiva informal de adolescente. Prazos e internação. Trabalhando com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

<b>ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA SAÚDE</b>	<b>CH: 03</b>
---	---------------

Ementa

- Ministério Público e a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis na área da saúde. Medidas extrajudiciais e judiciais. Atividades indutoras de políticas públicas.

<b>ATUAÇÃO PRÁTICA EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS</b>	<b>CH: 40</b>
---	---------------

Objetivo Específico:

- Elaborar peças processuais.

<b>ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA DO PATRIMÔNIO</b>	<b>CH: 07</b>
--	---------------

Ementa

- Tipologias de atos de improbidade administrativa. Estudo de casos comuns no interior do Estado do Tocantins. Aspectos legais: violação do princípio da publicidade; violação do princípio da legalidade; lesão do erário; fraude à licitação; alienação ilegal de imóveis públicos; enriquecimento ilícito. Sugestões práticas para atuação.

<b>ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA</b>	<b>CH: 07</b>
--	---------------

Ementa

- Ato de interlocução/de fala no cenário do tribunal do júri. Da denúncia. Das alegações. Preparação para participação no júri. Preparação em plenário. Sustentação oral. Importância dos jurados. Analítica de laudos. Apreciação de depoimentos de testemunhas. Refutações. Postura em Plenário. PIC. Resoluções locais e do Conselho Nacional do Ministério Público. Casos práticos.

<b>ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS</b>	<b>CH: 06</b>
--	---------------

Ementa

- Notícia de fato. Procedimento Preparatório. Inquérito Civil. Conclusão dos Procedimentos Administrativos. Termos de Ajustamento de Conduta.

<b>ATUAÇÃO PRÁTICA EM AUDIÊNCIAS</b>	<b>CH: 07</b>
--------------------------------------	---------------

Ementa

- Audiência de custódia. Audiência de instrução e julgamento criminal. Apresentação de adolescente. Audiências na Vara da Infância e Juventude.

### Objetivo Geral

- Propiciar aos Promotores de Justiça Substitutos a observação das diversas técnicas e metodologias atinentes à prática jurídica do Ministério Público em audiências.

### Objetivos Específicos

- Possibilitar a familiarização com a apresentação de adolescente e atos judiciais específicos, tais como audiências de custódia e audiências na Vara da Infância e Juventude.
- Observar as dinâmicas de utilização das estratégias, procedimentos e dispositivos legais em audiências.
- Analisar com o(s) Promotor(es) de Justiça tutor(es) a atuação do Ministério Público nas audiências acompanhadas.

### Conteúdo Programático

- Apresentação de adolescente, audiências de custódia, audiências de instrução e julgamento criminais, audiências na Vara da Infância e Juventude.

### Bibliografia Básica

- BRASIL. Código Penal, Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)
- BRASIL. Código de Processo Penal. Disponível em [http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt\\_bra-int-text-cpp.pdf](http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cpp.pdf)
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível no endereço [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/corregedoria\\_geral/Publicacoes/Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico%20e%20Audi%C3%AAncia%20de%20Cust%C3%B3dia.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/corregedoria_geral/Publicacoes/Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico%20e%20Audi%C3%AAncia%20de%20Cust%C3%B3dia.pdf)
- NUCCI, G. de S. **Estatuto da criança e do adolescente Comentado**: em busca da Constituição Federal das Crianças e dos Adolescentes. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 554).
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS. <http://www.tjto.jus.br/elegis/Home/Imprimir/1023>

**CADEIA PÚBLICA**

**CH: 04**

### Objetivo Específico:

- Conhecimento in loco do funcionamento da Unidade. Contato com equipe de trabalho e visita às dependências. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.

**CASA DE CUSTÓDIA E PRISÃO PROVISÓRIA I**

**CH: 03**

Objetivo Específico:

- Conhecimento in loco do funcionamento da Unidade. Contato com equipe de trabalho e visita às dependências. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.

**CASA DE CUSTÓDIA E PRISÃO PROVISÓRIA II**

**CH: 01**

Objetivo Específico:

- Exposição e discussão de fatos levantados na visita à Casa de Custódia e Prisão Provisória.

**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E MULHER – CAOCID**

**CH: 02**

Ementa

- Missão e objetivos. Atribuições gerais. Atribuições específicas nas áreas de Cidadania, Direitos Humanos, Mulher. Estrutura de apoio de membros e servidores. Principais atividades desenvolvidas. Parcerias. Emissão de pareceres e respostas às consultas para Órgãos de Execução das diversas Comarcas. Participação em Conselhos, Reuniões e Grupos de Trabalho.

**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E CRIMINAL – CAOPAC**

**CH: 02**

Ementa

- Missão e objetivos. Atribuições gerais. Atribuições específicas nas áreas de Defesa do Patrimônio e Criminal. Principais atividades desenvolvidas. Parcerias. Participação em Conselhos, Reuniões e Grupos de Trabalho.

**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE - CAOPIJ**

**CH: 02**

Ementa

- Missão e objetivos. Atribuições. Organização. Eixos Estruturantes: políticas assistenciais, políticas sociais básicas e políticas sociais de proteção. Principais ações. Produção Técnica. Participação em Fóruns e grupos de trabalho locais, regionais e nacionais.

#### Bibliografia Básica

- Resolução/CNMP/nº 71, 15.06.2011

<b>CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE URBANISMO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE – CAOMA</b>	<b>CH: 02</b>
--	---------------

#### Ementa

- Aspectos legais. Ato nº 095/2013. Principais atribuições. Organização. Principais Ações. LABGEO. Projetos e parcerias. Eixos temáticos de interesse institucional.

<b>CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR - CAOCON</b>	<b>CH: 02</b>
---	---------------

#### Ementa

- Missão e objetivos. Atribuições gerais. Estrutura de apoio de membros e servidores. Principais atividades desenvolvidas. Parcerias. Participação em Conselhos, Reuniões e Grupos de Trabalho.

<b>CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO I</b>	<b>CH: 03</b>
---	---------------

#### Ementa

- Corregedoria-Geral do Ministério Público. Deveres funcionais e éticos. Atos Regulatórios Internos. Orientação Funcional. Estágio Probatório. Considerações Gerais.

#### Objetivo Geral

- Apresentar aos Promotores de Justiça Substitutos os aspectos introdutórios da atuação da Corregedoria Geral, frisando os deveres funcionais e éticos, atos regulatórios e orientações sobre o acompanhamento do exercício de suas respectivas atividades.

#### Objetivos Específicos

- Discorrer as atribuições da Corregedoria-Geral para os Promotores de Justiça Substitutos.
- Enfatizar os principais atos regulatórios da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e do Conselho Nacional do Ministério Público.
- Especificar os mecanismos de fiscalização dos trabalhos desenvolvidos pelos membros nas Promotorias de Justiça.
- Expor as bases gerais das diretrizes do acompanhamento das atividades executadas no Estágio Probatório.

### Conteúdo Programático

- Atribuições da Corregedoria-Geral.
- Infrações disciplinares no âmbito da Corregedoria.
- Atos Regulatórios da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e do Conselho Nacional do Ministério Público.
- Deveres Funcionais, Registros e Relatórios Obrigatórios.

### Bibliografia Básica

- TOCANTINS - Lei Complementar estadual nº 51/2008 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins.
- BRASIL - Lei nº 8.625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público
- <https://mpto.mp.br/web/corregedoria/2011/11/11/atos-de-anos-anteriores>
- <https://mpto.mp.br/web/corregedoria/2017/02/22/atos-2017>

## **CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO II**

**CH: 04**

### Ementa

- Análise das peças processuais elaboradas pelos Promotores de Justiça Substitutos.

## **DEONTOLOGIA E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**CH: 03**

### Ementa

- Deontologia no Ministério Público do Estado do Tocantins. A ética do Promotor de Justiça. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins.

### Objetivo Geral

- Refletir, em forma de debate, com os ingressantes à carreira de Promotor de Justiça a importância da Deontologia do Ministério Público, resgatando aspectos históricos da Instituição no Estado do Tocantins.

### Objetivos Específicos

- Apresentar principais aspectos históricos fundantes do Ministério Público do Estado do Tocantins.
- Analisar atuação do Promotor de Justiça em seus aspectos deontológicos, nos contextos brasileiro e tocantinense, a partir de situações vivenciadas pelos palestrantes.

#### Conteúdo Programático

- Aspectos deontológicos do Ministério Público do Estado do Tocantins
- Compromisso ético do(a) Promotor(a) de Justiça
- Estudos de relatos e experiências

#### Bibliografia Básica

- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Notas introdutórias à ética jurídica**. São Paulo: Desafio Cultural, 2002.
- BONAVIDES, Paulo. Os dois Ministérios Públicos do Brasil: o da Constituição e o do Governo. In MOURA JÚNIOR, Flávio Paixão et al (coords.), **Ministério Público e a ordem social justa**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

#### Bibliografia Complementar

- SILVA, Cláudio Barros. **Os atributos da dignidade, os valores e a responsabilidade dos membros do Ministério Público**, Revista do CNMP, vol. 1, nº 2, julho/dezembro 2011, Brasília-DF.

### DIVERSIDADE SEXUAL

CH: 02

#### Ementa

- Conceitos. Definições. Atuação do Ministério Público.

#### Bibliografia Básica

- Resolução/CNMP/nº 71, 15.06.2011

#### Bibliografia Básica

- Kelly Kotlinski – **DIVERSIDADE SEXUAL – UMA BREVE INTRODUÇÃO** (art.) - in <http://www.coturnodevenus.org.br/leisejuris/diversidadesexual.htm>
- **RESOLUÇÃO CNJ Nº 175/2013** - Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.
- **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013** – Ministério da Saúde. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Portaria nº 2.836, de 1o de dezembro de 2011** – Ministério da Saúde. Institui, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
- **Resolução nº 4, de 29 de junho de 2011** – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
- Estabelece recomendações aos Departamentos Penitenciários Estaduais, garantindo o direito à visita íntima para casais homossexuais.
- **Portaria nº 513, de 9 de dezembro de 2010** – Ministério da Previdência

Social. Reconhece as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo para assegurar-lhes igual tratamento a seus dependentes para fins previdenciários.

- **Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008** – Ministérios da Saúde. Desdobra as diretrizes estabelecidas na Portaria 1.707/2008, especificando as ações a serem adotadas para a plena realização do processo transexualizador.
- **Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008** – Ministério da Saúde. Institui diretrizes nacionais para o processo transexualizador no SUS.
- **Resolução Normativa nº 77, de 29 de janeiro de 2008** – Conselho Nacional de Imigração. Estabelece os critérios para a concessão de visto temporário ou permanente, ou de autorização de permanência, ao companheiro ou companheira em união estável.
- **Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006** – Lei Maria da Penha. Reconhece a violência baseada no gênero como uma violação de direitos humanos e responsabiliza o Estado pelo enfrentamento às diversas formas de violência doméstica. Reconhece que as violências baseadas no gênero independem da orientação sexual das vítimas, estendendo a proteção jurídica às relações formadas por mulheres lésbicas e bissexuais.
- **Circular nº 257, de 21 de junho de 2004** – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda - Regulamenta o direito de companheiro ou companheira homossexual, na condição de dependente preferencial, ser o beneficiário do Seguro DPVAT.

<b>ENTIDADE DE ACOLHIMENTO RAIOS DE SOL, CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (CASE E CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA (CEIP)</b>	<b>CH: 02</b>
--	---------------

#### Objetivo Específico:

- Conhecimento *in loco* do funcionamento da Entidade de Acolhimento Raios de Sol. Contato com equipe multiprofissional e visita às dependências. Conhecimento *in loco* dos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE) e de Internação Provisória (CEIP). Contato com equipe multiprofissional, visita aos espaços de convivência, educação formal e alojamentos.

<b>ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MPTO (I)</b>	<b>CH: 03</b>
--	---------------

#### Ementa

- Aspectos institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins. Estrutura e funcionamento organizacional. Planejamento Estratégico Institucional.

#### Objetivo Geral

- Apresentar os principais aspectos institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins, com foco em sua estruturação e funcionamento



organizacional e administrativo, no Planejamento Estratégico Institucional.

#### Objetivos Específicos

- Compreender o funcionamento da estrutura orgânica do Ministério Público, com ênfase na atuação da Procuradoria Geral de Justiça e dos procedimentos atinentes à atuação dos Promotores Públicos.
- Entender as lógicas de elaboração e continuidade de realização das ações previstas no Plano Estratégico 2010-18.

#### Conteúdo Programático

- Aspectos organizacionais gerais do MPTO: prerrogativas deveres funcionais, independência funcional, atribuições e vedações.
- Estrutura e atuação do Gabinete e Diretoria de Expediente da Procuradoria Geral de Justiça
- O Planejamento Estratégico.

#### Bibliografia Básica

- Lei Complementar nº 51/2008 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins)
- Resoluções, Atas, Recomendações e outros Atos: <http://mpto.mp.br/web/portal/2012/02/23/resolucoes-atas-recomendacoes-e-outros-atos>

### **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MPTO (II)**

**CH:  
04**

#### Ementa

- Aspectos administrativos. Rotinas e práticas funcionais e mapeamento de processos.

#### Objetivo Geral

- Apresentar os principais aspectos para o funcionamento administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins para estabelecimento de quadro de informações e práticas dos novos membros em início de carreira.

#### Objetivos Específicos

- Compreender o funcionamento da Diretoria Geral do MPTO, com enfoque nos Recursos Humanos.
- Entender as lógicas de funcionamento, do ciclo de solicitação e atendimento dos materiais, equipamentos, manutenção e serviços.
- Conhecer os principais atos de gestão de servidores e otimização da atuação funcional.

#### Conteúdos Programáticos

- Aspectos constitucionais e organizacionais gerais do MPTO: a prática administrativa.
- Atos e formulários.
- Setores e sua lógica de funcionamento.

#### Bibliografia Básica

- Lei Complementar nº 51/2008 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins)
- Resoluções, Atas, Recomendações e outros Atos disponíveis no endereço <http://mpto.mp.br/web/portal/2012/02/23/resolucoes-atas-recomendacoes-e-outros-atos>
- Ato nº 15/12 - [Http://www.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get\\_public\\_file/3666/](Http://www.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_public_file/3666/)

### **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MPTO (III)**

**CH: 01**

#### Ementa

- Aspectos administrativos. Controladoria Interna. Função. Rotinas e práticas funcionais

#### Objetivo Geral

- Apresentar os principais aspectos para o funcionamento administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins para estabelecimento de quadro de informações e práticas dos novos membros em início de carreira.

#### Objetivos Específicos

- Compreender o funcionamento da Controladoria Interna.
- Procedimento e documentação.

#### Conteúdos Programáticos

- Aspectos constitucionais e organizacionais gerais do MPTO: a prática administrativa.
- Atos e formulários

#### Bibliografia Básica

- Lei Complementar nº 51/2008 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins)
- Resoluções, Atas, Recomendações e outros Atos disponíveis no endereço <http://mpto.mp.br/web/portal/2012/02/23/resolucoes-atas-recomendacoes-e-outros-atos>
- Ato nº 15/12 - [Http://www.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get\\_public\\_file/3666/](Http://www.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_public_file/3666/)

<b>GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - GAECO</b>	<b>CH: 03</b>
---	---------------

#### Ementa

- Princípios e dinâmicas de funcionamento do GAECO. Atuação integrada com os(as) Promotores(as) de Justiça. Atuação com demais unidades federativas e organismos policiais do Estado. Procedimentos para solicitação de atuação suporte do GAECO.
- Matrizes legais do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas. Competências e procedimentos.

#### Objetivo Geral

- Apresentar os marcos legais da política pública de proteção no Brasil frisando o programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

#### Objetivos Específicos

- Apresentar as bases legais presentes na Lei 9.807/99 e o Decreto 3.518/2000,
- Refletir sobre a política pública de proteção à luz dos Princípios do Direitos Humanos, em especial, na esfera do Ministério Público.
- Compreender o funcionamento do programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

#### Conteúdo Programático

- O Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas: matriz geral.
- Os programas estaduais e das articulações entre entidades participantes.
- Os usuários do Programa
- O MPE-TO e o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas

#### Bibliografia Básica

- SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS. **Sistema nacional de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas**: Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas. São Luís: SMDH, 2013.

<b>GRUPO ESPECIAL DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL - GECEP</b>	<b>CH: 01</b>
---	---------------

#### Ementa

- Histórico. Funções. Composição.

### Bibliografia Básica

- Ato 081/2008 da Procuradoria-Geral de Justiça/ Ministério Público do Estado do Tocantins.
- Resolução 03/2011 – Colégio de Procuradores de Justiça/ MPTO
- Resolução/CNMP/nº 20, 28.05.2007

## LÓGICA E LINGUAGEM JURÍDICA

CH: 04

### Ementa

- Direito, linguagem e hermenêutica e o problema da resolutividade discursiva. Estudo, construção e resolução estratégica, narrativa e discursiva de casos jurídicos.

### Objetivo Geral

- Apresentar a evolução, o debate e a metodologia de estudo, construção e resolução estratégica, narrativa e discursiva de casos jurídicos.

### Objetivos Específicos

- Apresentar a evolução do debate sobre o problema da resolutividade discursiva.
- Compreender a metodologia de estudo, construção e resolução discursiva de casos jurídicos.
- Aplicar a metodologia de estudo, construção e resolução discursiva de casos jurídicos na esfera da atuação do Ministério Público.

### Bibliografia Básica

- SIQUEIRA FILHO, Miguel Batista. **Democracia, direito e liberdade**. Goiânia: PUC de Goiás, 2011.
- SIQUEIRA FILHO, Miguel Batista; LIMA, Rachel Bernardes de. Estudo e argumentação de casos no estudo do Direito. **Revista Jurídica do Ministério Público do Tocantins**, ano 4, nº 7, p. 81-98, 2009.
- ZITSCHER, Harriet Christiane. **Metodologia do ensino jurídico com casos: teoria e prática** (com exemplos do direito do consumidor e do direito civil). Apresentação de Cláudia Lima Marques. Belo Horizonte: Del Ray, 2004.

### Bibliografia Complementar

- ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica**. Tradução de Zilda Hutchinson Schilda Silva. São Paulo: Landy Editora, 2001.
- ATIENZA, Manuel. **As razões do direito: teorias da argumentação jurídica**. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Editora Landy, 2003.

- CORRIÓ, Genaro R. **Cómo estudiar y cómo argumentar un caso**: consejos elementales para abogados jóvenes. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 2003.
- PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VIEHWEG, Theodor. **Tópica e jurisprudência**: uma contribuição à investigação dos fundamentos jurídico-científicos. Tradução Kelly Susane Alflen da Silva. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008

## MINISTÉRIO PÚBLICO E IMPRENSA

CH: 04

### Ementa

- Atribuições, estrutura, rotinas de trabalho da Assessoria de Comunicação do MPTO. Relação da Assessoria de Comunicação com membros e servidores do MPTO. Imprensa regional e local e relacionamento com o MPTO. Aspectos teóricos e práticos da notícia, entrevista, debate, indicações para relacionamento com a mídia (radiofônica, televisiva, impressa e digital). MPTO e mídias sociais.

### Objetivo Geral

- Apresentar a rotina e o funcionamento da Assessoria de Comunicação enquanto canal entre Ministério Público e sociedade.

### Objetivos Específicos

- Apresentar as dinâmicas de funcionamento da Assessoria de Comunicação do MP/TO.
- Apresentar o cenário regional dos meios massivos de comunicação na região tocantinense.
- Orientar os membros do MPTO no relacionamento com a imprensa.
- Orientar os membros do MPTO quanto a participação nas redes sociais.

### Conteúdo Programático

- Assessoria de Comunicação: atribuições, estrutura, rotina de trabalho/relação com membros, produtos.
- Imprensa regional: principais veículos de comunicação, abrangência, *deadline* (prazos).
- Ministério Público e a imprensa local: quem fala pela instituição? O MPTO como fonte.
- Notícia: conceito, critérios e valor/quando, o quê, e como divulgar.
- Entrevista: quando conceder uma entrevista, tipos de entrevista (entrevista simples (repórter e entrevistado), entrevista coletiva, programa de entrevista, debate), dicas (rádio, TV, impresso e web).
- MPE-TO e as mídias sociais.

### Bibliografia Básica

- CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de imprensa**: como fazer. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- DUARTE, J. (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. SP: Atlas, 2003.
- NEPOMUCENO, Carlo; CAVALCANTI, Marcos. **O conhecimento em rede**. Elsevier, 2006.
- NOGUEIRA, Nemércio. **Media training**. Ed. de Cultura, 2005.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO 2º GRAU

CH: 02

### Ementa

- Definição. Funções. Composição das Procuradorias. Recursos aos Tribunais Superiores.

### Bibliografia Básica

- **Lei Complementar nº 51/2008** (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins)
- **Lei nº 8.625**, de 12 de fevereiro de 1993.
- MAZILLE, H. N. **Ministério Público**. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.

## NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO

CH: 03

### Ementa

- Definição. Mecanismos. Atuação do Ministério Público. Técnicas.

### Bibliografia Básica

- Resolução/CNMP/nº 118, 1º.12.2014
- MOARES, P. V. D. P. **A negociação ética para agentes públicos e advogados**. São Paulo: Fórum, 2012.
- SCAVONE JUNIOR, L. A. **Manual de arbitragem, mediação e conciliação**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Manual de negociação e mediação para membros do Ministério Público**. Brasília: CNMP, 2015.

## NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

CH: 02

### Ementa

- Segurança institucional, aspectos normativos, riscos e prevenção.

<b>OUVIDORIA</b>	<b>CH: 01</b>
------------------	---------------

**Ementa**

- Finalidade. Aspectos legais. Resolução 002/2009/CPJ. Atribuições e atividades da Ouvidoria no Ministério Público do Estado do Tocantins.

**Bibliografia Básica**

- Lei n. 9.807, 13.07.1999.
- Resolução/CNMP/nº 95, 22.05.2013
- SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS. Sistema nacional de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas: Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas. São Luís: SMDH, 2013.

<b>PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS</b>	<b>CH: 02</b>
---	---------------

**Ementa**

- Matrizes legais do Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas. Competências e procedimentos.

**Objetivo Geral**

- Apresentar os marcos legais da política pública de proteção no Brasil frisando o programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

**Objetivos Específicos**

- Apresentar as bases legais presentes na Lei 9.807/99 e o Decreto 3.518/2000.
- Refletir sobre a política pública de proteção à luz dos Princípios do Direitos Humanos, em especial, na esfera do Ministério Público.
- Compreender o funcionamento do programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

**Conteúdo Programático**

- O Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas:
- matriz geral.
- Os programas estaduais e das articulações entre entidades participantes.
- Os usuários do Programa.
- O MPTO e o Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

**Bibliografia Básica**

- Lei n. 9.807, 13.07.1999.
- Resolução/CNMP/nº 93, 14.03.2013

- SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS. Sistema nacional de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas: Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas. São Luís: SMDH, 2013.

## **SEGURANÇA VIÁRIA**

**CH: 03**

### Ementa

- Participação do Promotor de Justiça na gestão do trânsito. Legislação federal, estadual e municipal.

### Objetivos Específicos

- Aspectos da legislação de trânsito referente as questões administrativas, financeiras e orçamentárias.
- Compreender o funcionamento do seguro DPVAT.

### Conteúdo Programático

- Educação no trânsito e sua importância.
- Sistema Nacional de Trânsito, atribuição dos órgãos e entidades.
- Sistema viário.
- Sistema Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF

### Bibliografia Básica

- Lei n. 9.503, 23.09.1997 – Código de Trânsito Brasileiro.
- Lei nº 11.705, de 19.06.2008 – Lei seca
- Decreto nº 6.489, de 19.06.2008
- Resolução/CONTRAN nº 206, de 20.10.2006
- Instrução Normativa/PRF/nº 002, de 24.06.2008

## **SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO (e-Proc - e-Ext)**

**CH: 07**

### Ementa

- Bases legais e funcionamento do Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais (e-Proc). Funcionalidade, movimentação do Procedimento Eletrônico Extrajudicial (e-Ext)

### Objetivo Geral

- Apresentar o funcionamento dos sistemas e-Proc e e-Ext que possibilita aos operadores do Direito, Procuradores e membros do Ministério Público cadastrados o acesso automático todos aos atos e documentos processuais armazenados em meio eletrônico.

### Objetivos Específicos



- Apresentar as bases legais dos Sistemas e-Proc e e-Ext.
- Demonstrar os principais itens para acesso, cadastro, validação, consulta e acompanhamento de processos por meio eletrônico.

#### Conteúdo Programático

- Apresentação geral dos Sistemas
- Principais ferramentas
- Primeiro Acesso questões frequentes.
- Manejo de dados e processos.

#### Bibliografia Básica

- [https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_1grau/ferramentas/tutoriais/Tutorial\\_Servidor\\_Gabinete\\_Sec.pdf](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/ferramentas/tutoriais/Tutorial_Servidor_Gabinete_Sec.pdf)
- [https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_2grau/ferramentas/tutoriais/Tutorial\\_Externo.pdf](https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/ferramentas/tutoriais/Tutorial_Externo.pdf)
- <http://jus.com.br/artigos/22247/processo-judicial-eletronico-e-sua-implantacao-no-poder-judiciario-brasileiro>
- ATO nº 41/2017/PGJ.

### **SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO MPTO**

**CH: 04**

#### Ementa

- Atos nºs 71/2011 e 72/2012. Aspectos da Segurança da Informação. Funcionamento do Sistema Athenas. E-mail institucional. Férias. Patrimônio.

#### Objetivo Geral

- Apresentar as normas que regulamentam o Departamento de Tecnologia da Informação, bem como quais os sistemas utilizados e suas finalidades em prol dos fluxos informacionais e comunicacionais do MPTO.

#### Objetivos Específicos

- Apresentar os principais conteúdos dos Atos nº 72/2011 e nº 71/2012.
- Demonstrar o funcionamento geral do Sistema Athenas e os primeiros passos para sua utilização.
- Demonstrar o funcionamento do Sistema de Atendimento ao Usuário - SIATU.
- Apresentar as ferramentas de acompanhamento da avaliação de estágio probatório, eleição eletrônica, funcionamento e registro de e-mail, leitura e acompanhamento de contracheques.
- Apresentar as ferramentas para emissão e relatórios de viagens e do serviço de patrimônio.

#### Conteúdo Programático

- Apresentação geral do Sistemas de Informação no MPTO.
- Principais sistemas e aplicativos utilizados.
- Funcionamento do Athenas
- Solicitação de viagens: indicar participantes, justificativa, acompanhamento da movimentação, preenchimento de relatório e avaliação da viagem.
- Recebimento, cessão, informação de uso de Patrimônio
- Sistema e-Doc.

<b>UNIDADE PRISIONAL FEMININA UNIDADE DE REGIME SEMI ABERTO DE PALMAS - FEMININO</b>	<b>CH: 03</b>
--	---------------

Objetivo Específico:

- Conhecimento in loco do funcionamento das Unidades Prisional Feminina e do Regime Semiaberto Feminino. Contato com equipe multiprofissional e visita às dependências. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.

<b>UNIDADE DE REGIME SEMI ABERTO DE PALMAS - FEMININO</b>	<b>CH: 03</b>
---	---------------

Objetivo Específico:

- Conhecimento in loco do funcionamento da Unidade. Contato com equipe de trabalho e visita às dependências. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.

<b>UNIDADE DE REGIME SEMI ABERTO (URSA) MASCULINO</b>	<b>CH: 03</b>
---	---------------

Objetivo Específico:

- Conhecimento in loco do funcionamento da Unidade. Contato com equipe de trabalho e visita às dependências. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.